

A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO, PRECARIZAÇÃO E MAL-ESTAR DOCENTE: EFEITOS DA LEI 13.415/2017 NO TRABALHO DOCENTE¹

Marcelo Werneck Guimarães²

Resumo

Este artigo, resultado de pesquisa exploratória e bibliográfica que compõe o grupo LIEPE/UFRRJ, analisa os impactos da Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio) no trabalho docente no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa demonstra que a reforma, longe de ser uma solução, atua como um vetor de precarização no contexto da reestruturação capitalista toyotista-neoliberal. Baseando-se no referencial teórico epistemológico do materialismo histórico e dialético, os dados preliminares de 165 professores do ensino médio regular fluminense constata que o NEM intensifica o trabalho docente mediante um currículo flexível e itinerários formativos genéricos, que fragmentam o conhecimento e ampliam a heterogeneidade de tarefas. Este processo, entendido como uma subsunção proto-real do trabalho ao capital (MIRANDA, 2017), acentua a perda de controle dos professores sobre seu ofício, resultando em sobrecarga, desvalorização simbólica e material, e adoecimento, consolidando um projeto educativo alinhado aos interesses do capital.

Palavras-chaves: Trabalho docente. Precarização. Novo Ensino Médio. Mal-estar docente. Professor flexível.

THE COUNTER-REFORM OF HIGH SCHOOL EDUCATION, PRECARIZATION, AND TEACHER MALAISE: EFFECTS OF LAW 13.415/2017 ON TEACHING WORK

Abstract

This article, the result of exploratory and bibliographic research conducted by the LIEPE/UFRRJ research group, analyzes the impacts of Law 13.415/2017 (the New Higher Secondary Education) on teaching work in the state of Rio de Janeiro. The research demonstrates that the reform, far from being a solution, acts as a vector of precarization within the context of neoliberal Toyotist capitalist restructuring. Based on the epistemological theoretical framework of historical and dialectical materialism, preliminary data from 165 teachers in the regular higher secondary education system of Rio de Janeiro state finds that the NEM intensifies teaching work through a flexible curriculum and generic formative tracks, which fragment knowledge and increase the heterogeneity of tasks. This process, understood as a proto-real subsumption of labor under capital (MIRANDA, 2017), accentuates the loss of teachers' control over their craft, resulting in overload, symbolic and material devaluation, and illness, thereby consolidating an educational project aligned with the interests of capital.

Keywords: Teaching work. Precarious work. New Higher Secondary Education. Teacher malaise. Flexible teacher.

LA CONTRARREFORMA DE LA EDUCACIÓN MEDIA, LA PRECARIZACIÓN Y EL MALESTAR DOCENTE: EFECTOS DE LA LEY 13.415/2017 EN EL TRABAJO DOCENTE

Resumen

Este artículo, resultado de una investigación exploratoria y bibliográfica que forma parte del grupo LIEPE/UFRRJ, analiza los impactos de la Ley 13.415/2017 (Nueva Educación Media) en el trabajo docente en el estado de Río de Janeiro. La investigación demuestra que la reforma, lejos de ser una solución, actúa como un

¹ Artigo recebido em 09/10/2025. Avaliação em 22/10/2025. Aprovado em 18/11/2025. Publicado em 23/12/2025.

² Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. werneck_marcelo@id.uff.br

vector de precarización en el contexto de la reestructuración capitalista toyotista-neoliberal. Basándose en el marco teórico-epistemológico del materialismo histórico y dialéctico, los datos preliminares de 165 profesores de educación media regular fluminense constatan que la NEM intensifica el trabajo docente mediante un currículum flexible e itinerarios formativos genéricos, que fragmentan el conocimiento y amplían la heterogeneidad de tareas. Este proceso, entendido como una subsunción proto-real del trabajo al capital (MIRANDA, 2017), acentúa la pérdida de control de los profesores sobre su oficio, resultando en sobrecarga, desvalorización simbólica y material, y enfermedad, consolidando un proyecto educativo alineado con los intereses del capital.

Palabras clave: Trabajo docente. Precarización. Nueva Educación Media. Malestar docente. Profesor flexible.

INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital, consolidada sob a hegemonia do bloco histórico toyotista-neoliberal, tem acentuado a degradação dos laços sociais. Se, no passado, a fome e a miséria decorriam principalmente da escassez de recursos, com o avanço do modo de produção capitalista, as desigualdades passaram a ser ampliadas por seu oposto: uma crise de superprodução.

Ao longo de boa parte do século XX, a classe trabalhadora conquistou melhorias significativas em suas condições de vida, resultado de intensas lutas e resistências. No entanto, a partir do último quartel do século XX e no início do século XXI, essa classe foi submetida a profundas transformações nas dimensões estéticas, éticas, políticas, sociais e materiais. Tanto o trabalho docente quanto o trabalho em geral não permaneceram imunes a essas mudanças, sendo profundamente afetados pela onda neoliberal e pelas contrarreformas que reconfiguraram as políticas públicas em diversos países. Embora a crise seja global, seus impactos diferenciam-se entre os países capitalistas centrais e os periféricos³.

Segundo Mészáros (2002), o sociometabolismo do capital é regido pela lógica do aumento das taxas de lucro, o que conduz inevitavelmente a crises cíclicas e estruturais – estas últimas de natureza duradoura. O autor complementa, em outra obra (2009, p. 71), que “sob o sistema de controle social capitalista, não pode haver outra forma de escapar de tais ‘distúrbios e disfunções de curto prazo’ a não ser pela intensificação das taxas específicas de exploração”. A partir da década de 1970, o capitalismo, fundamentado em novos paradigmas tecnológicos e organizacionais – caracterizados como acumulação flexível –, reestruturou suas estratégias de exploração da força de trabalho para superar a crise de sobreacumulação (HARVEY, 1992).

³ A teoria da dependência que tem como principais autores Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra e outros nos auxilia na compreensão das relações econômico-sociais-culturais entre os países compreendidos como avançados, desenvolvidos e os atrasados ou subdesenvolvidos.

O seguinte trabalho – de caráter exploratório e de revisão bibliográfica é um dos resultados das muitas pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Investigação, Estado, Poder e Educação – LIEPE⁴, grupo de pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no campus de Nova Iguaçu. Atualmente, o laboratório conduz uma pesquisa interestadual que investiga as relações entre trabalho e saúde docente, com foco em professores da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro.

Partindo das premissas descritas nos parágrafos anteriores, este artigo, de natureza exploratória e fundamentado em revisão bibliográfica, é um dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Investigação, Estado, Poder e Educação (LIEPE), sediado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O artigo utiliza dados preliminares de uma pesquisa interestadual sobre trabalho e saúde docente, aprovada pelo Comitê de Ética da UFRJ (CAAE: 83419724.2.0000.0311).

Para a análise dos impactos da Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio - NEM), o seguinte trabalho tem como objetivo demonstrar como a legislação, ao promover um currículo flexível e itinerários formativos que frequentemente ignoram as necessidades da juventude, intensifica a produtividade e a racionalização de custos nas escolas. Conclui-se que o NEM, longe de ser uma solução, consolida um projeto que deteriora as condições de trabalho, compromete a formação integral e amplia o mal-estar docente, atuando como catalisador aos interesses do capital por uma força de trabalho mais explorável.

A base empírica consiste em um recorte a época – meados de março de 2025 – de 165 professores do Ensino Médio, selecionados de um universo de mais de 900 respondentes. A apresentação dos dados, organizada em categorias como perfil docente, condições de trabalho, saúde e implementação dos itinerários, visa traçar um perfil desses profissionais e estabelecer relações entre suas condições laborais específicas e possíveis processos de adoecimento.

O referencial teórico-epistemológico que orienta esta análise é o marxismo, com base no materialismo histórico e dialético. Rejeita-se, portanto, a noção de neutralidade científica, característica de abordagens liberais burguesas, por compreendê-la como um mecanismo de dominação ideológica. Esta posição corrobora a assertiva de Marx e Engels (1998) de que as ideias dominantes em qualquer sociedade são as ideias de sua classe dominante.

Políticas públicas neoliberais no contexto educacional brasileiro

⁴ O LIEPE reúne um amplo coletivo de pesquisadores, discentes de graduação e pós-graduação, e docentes de diversas instituições, como UFRRJ, UFF, UERJ, IFF e IFRJ, além de professores na rede Estadual do Rio de Janeiro e de diversas redes municipais também do Estado.

A caracterização global do trabalho, e em especial do trabalho docente, adquire contornos específicos no contexto brasileiro a partir da ascensão das políticas neoliberais. Estas consolidaram-se na década de 1990, notadamente sob os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, e mantiveram-se como diretriz predominante – com variações de intensidade e enfoque – nos ciclos políticos subsequentes, incluindo os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, configurando uma trajetória de permanência com ajustes pontuais.

Neste contexto, após uma ofensiva burguesa que culminou no golpe jurídico-parlamentar-midiático que sob o verniz de legitimidade, culminou no processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff em 2016. Com a ascensão de Michel Temer à Presidência, o governo federal implementou, de forma célere e por meio de instrumentos como Medidas Provisórias, uma agenda de reformas econômicas orientadas pela austeridade fiscal. Esse conjunto de políticas resultou em profundos cortes orçamentários em áreas sociais fundamentais, como educação, saúde e segurança pública. Paralelamente, foram promovidas alterações na legislação trabalhista e previdenciária, notadamente por meio da Lei nº 13.467/2017, que reformou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu um Novo Regime Fiscal, congelando os gastos públicos primários por 20 anos.

A educação básica, afetada por esse ajuste neoliberal, é promulgada a Lei 13.415/2017, o “Novo Ensino Médio”, que atua como um catalisador dos processos já em curso. A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) promoveu duas alterações centrais: a ampliação da carga horária mínima de 2.400 para 3.000 horas e uma significativa reestruturação curricular. Esta última estabeleceu a Formação Geral Básica (FGB) de 1.800 horas, com apenas Língua Portuguesa, Matemática e Língua Estrangeira como disciplinas obrigatórias em todos os anos, integrando-se a 1.200 horas de itinerários formativos diversificados.

Contudo, a reforma é alvo de críticas fundamentadas. Argumenta-se que o aumento da jornada escolar é contraditório como estratégia para reduzir a evasão, uma vez que ignora a realidade socioeconômica dos estudantes da rede pública, que frequentemente necessitam ingressar precocemente no mercado de trabalho. Conforme Ferretti (2018), a lei possui um caráter regressivo ao restringir a análise do abandono escolar ao âmbito curricular. Ademais, a priorização de um núcleo reduzido de disciplinas é interpretada como uma subserviência a avaliações internacionais, esvaziando a formação geral ao privilegiar conteúdos utilitaristas. Por fim, a diversificação curricular impõe desafios aos docentes, incluindo a potencial

redução de carga horária em sua disciplina de origem e a necessidade de lecionar conteúdos alheios à sua formação, impactando sua organização laboral.

Estudos recentes analisam a Reforma do Ensino Médio (NEM) e as condições de trabalho docente, apontando consequências críticas. Pereira (2023) investiga a implementação da reforma no estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2022, concluindo que o processo foi acelerado e sem diálogo, alinhando-se a uma “pedagogia do capital”. Isso resultou na fragmentação do ensino médio, empobrecimento curricular e precarização do trabalho docente, sendo o estado um laboratório pioneiro para a flexibilização curricular.

Em complemento, Cassio e Goulart (2022) caracterizam a reforma como “perversa” e estrutural, por aprofundar a fragmentação do ensino, dificultar o acesso ao ensino superior e estabelecer mecanismos de privatização, impactando principalmente os estudantes mais vulneráveis.

No que se refere às condições docentes, Cabral (2019) examina a saúde e o trabalho de professores no Acre, revelando que a maioria possui mais de 40 anos e vasta experiência. Apesar da alta taxa de efetivos, o estudo identifica jornadas extensas e sobrecarga de trabalho devido ao grande número de alunos e às demandas por planejamento, produção de material e atividades extraclasse. Como resultado, quase 70% dos docentes consideram suas condições de trabalho inadequadas, declarando-se insatisfeitos, estressados e com hábitos alimentares inadequados.

Coletivamente, as pesquisas destacam que a implementação do NEM e a precarização das condições de trabalho docente agravam as desigualdades educacionais e intensificam a crise no ensino médio.

Dados preliminares da pesquisa “Trabalho docente e profissionais de saúde no Ensino Médio regular na Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro

Esta seção analisa o perfil sociodemográfico e funcional de 165 docentes do Ensino Médio da rede estadual do Rio de Janeiro, com base em dados da pesquisa “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica”. A caracterização da amostra, detalhada nas tabelas abaixo, é fundamental para compreender o contexto em que se inserem as condições de trabalho mediadas pela implementação do Novo Ensino Médio.

As três tabelas a seguir, apresentam os dados do primeiro tópico que retrata os dados pessoais dos e das docentes.

Tabela 1: Perfil dos professores que responderam por sexo

Sexo	Profissionais	%
Feminino	100	60,6
Masculino	65	39,4
Total	165	100

Fonte: elaboração própria dos dados da pesquisa “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”

Tabela 2: Perfil dos professores que responderam por raça/cor

Raça/cor	Profissionais	%
Amarela	01	0,6
Branca	88	53,3
Parda	54	32,7
Preta	21	12,8
Prefiro não responder	01	0,6
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro” (LIEPE/UFRRJ).

Tabela 3 - Perfil dos professores que responderam por idade

Idade	Profissionais	%
De 31 a 35 anos	08	5
De 36 a 40 anos	31	18
De 41 a 50 anos	64	39
De 51 a 60 anos	49	30
Mais de 61 anos	13	8
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ).

As Tabelas 1 a 3 delineiam o perfil pessoal dos respondentes. A Tabela 1 confirma a feminização do magistério, com 60,6% de professoras, um percentual alinhado com as estatísticas nacionais para esta etapa de ensino. A Tabela 2, referente à raça/cor, revela uma sub-representação de docentes que se declaram pretos (12,8%) e pardos (32,7), que, somados, totalizam 45,5% da amostra, contrastando com a composição majoritariamente não-branca da população brasileira. Quanto à idade (Tabela 3), observa-se um corpo docente experiente,

com 77% dos profissionais na faixa etária de 41 a mais de 61 anos, e nenhum com menos de 30 anos. Este dado sugere um processo de envelhecimento da categoria e possivelmente um menor interesse pelas novas gerações em ingressar na profissão, fenômeno corroborado pela literatura.

A dinâmica do envelhecimento do magistério no Brasil é elucidada por estudos que utilizam dados da PNAD/IBGE. A pesquisa de Oliveira e Vieira (2012) fornece um perfil detalhado do docente, enquanto Fernandes e Silva (2012) analisam especificamente a média de idade, confirmando uma tendência de envelhecimento. Segundo estes últimos autores, o fenômeno, ainda que espelhando uma transição demográfica mais ampla, apresenta nuances de gênero: os homens tendem a ingressar mais jovens e a deixar a profissão, ao passo que as mulheres são majoritariamente responsáveis pela permanência e consolidação da carreira, constituindo-se, portanto, como o “legado da categoria” (FERNANDES E SILVA, 2012, p. 60).

A análise das próximas tabelas centra-se em três dimensões fundamentais: a infraestrutura física das escolas, as condições de trabalho — com destaque para o tamanho das turmas e o tempo para planejamento — e o contexto de precarização agravado pela crise climática. Os resultados apontam para um cenário de precariedade sistêmica que impacta diretamente a qualidade do ensino e a saúde dos profissionais.

Tabela 4: Condições físicas da(s) escola(s) ou instituição(ões) em que o professor trabalha

Condições	Boa	Regular	Ruim	Não existe/ Não se aplica	Prefiro não responder	Não respondeu	Total
Acessibilidade	82	50	29	03	00	01	165
Adequação de edificações	77	56	31	00	00	01	165
Adequação dos equipamentos	50	73	40	00	00	02	165
Adequação dos mobiliários	79	61	23	00	00	02	165
Acústica	51	76	36	01	00	01	165
Ventilação	66	56	42	00	00	01	165
Conservação	70	70	24	00	00	01	165

das edificações							
Instalação de gás	70	38	10	21	22	04	165
Proteção contra calor excessivo	40	62	39	15	06	03	165
Proteção Contra umidade	45	68	26	12	12	02	165
Rede de esgoto	84	42	11	10	17	01	165
Rede/ equipamento elétrico	58	59	32	05	09	02	165
Rede hidráulica	73	65	08	04	13	02	165

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ, 2025).

A Tabela 4, revela um quadro multifacetado de precariedade sobre as condições físicas das escolas, indica uma infraestrutura majoritariamente avaliada como “Regular” ou “Ruim”. Itens críticos como acústica (46% regular), adequação de equipamentos (44% regular) e ventilação (25% ruim) destacam-se como deficiências estruturais significativas. Estas últimas são agravadas no contexto da crise climática, onde temperaturas extremas sobrecarregam redes elétricas precárias (19% avaliam a rede elétrica como "ruim") e comprometem o conforto térmico, levando até mesmo à redução da carga horária presencial.

No que tange às condições de trabalho, os dados da Tabela 5 demonstra que a superlotação das salas de aula é uma realidade para a maioria dos docentes, com 61% lecionando para turmas com mais de 31 alunos, condição que a literatura associa à deterioração da qualidade do ensino e à sobrecarga do professor.

O tamanho das turmas é um indicador relevante das condições de trabalho docente e da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Na rede municipal de Casimiro de Abreu, Pintoco (2017) identificou que 35% dos 120 professores pesquisados lecionavam para turmas entre 26 e 31 alunos, enquanto 14% atuavam com mais de 31 estudantes. Ademais, 80% dos 69 docentes que opinaram sobre o tema concordaram plenamente que o aumento do número de alunos por turma prejudica a qualidade do ensino.

Tabela 5: Uso de GLP pelo professor da rede estadual.

Hora extra	Profissionais	%
Faz uso da GLP	45	27
Não faz uso da GLP	119	72,3
Não respondeu	01	0,7
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), em parceria com o SEPE-RJ e o SINPRO-RJ, 2024.

Tabela 6: Número total de turmas que leciona, considerando as matrículas que possui

Número de turma	Profissionais	%
Nenhuma	03	1,8
1 turma	01	0,7
2 turmas	02	1,2
3 turmas	03	1,8
4 turmas	03	1,8
5 turmas	07	4,3
6 turmas	15	9,1
7 turmas	17	10
8 turmas	14	8,5
9 turmas	13	8
Mais de 10 turmas	64	38,8
Mais de 15 turmas	19	11,5
Não respondeu	04	2,5
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ, 2025).

Tabela 7: Carga horária total dedicada ao magistério.

Carga horária	Profissionais	%
Lecionam menos de 10h	02	1,2

Lecionam entre 10h a 20h	21	13
Lecionam entre 20h a 30h	31	19
Lecionam entre 30h a 40h	60	36,3
Lecionam entre 40h a 50h	33	20
Lecionam mais de 50h	17	10
Não respondeu	01	0,6
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), em parceria com o SEPE-RJ e o SINPRO-RJ, 2024.

Por fim, a Tabela 5, 6 e 7 mostram respectivamente que 27% dos docentes recorrem a horas-extras (Gratificação por Lotação Prioritária - GLP); mais de 50% lecionam para mais de 10 turmas e 30% trabalham mais de 40h semanais. Tais achados demonstram a intensificação do trabalho e possíveis carências de quadro, contribuindo para a precarização da profissão. A necessidade de realização de horas-extras evidencia a necessidade de complementação de renda dessa categoria que sofre com seguidas desvalorizações salariais e de legitimidade.

Tabela 8: Faixa salarial referente à atividade docente

Remuneração	Profissionais	%
Entre R\$1.500 a R\$3.000	25	15
Entre R\$3.001 a R\$4.500	31	18,8
Entre R\$4.501 a R\$6.000	38	23
Entre R\$6.001 a R\$7.500	36	22
Acima de R\$7.501	33	20
Preferiu não responder	02	1,2
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ, 2025).

O dado da tabela 8 dialoga com os das tabelas 5, 6 e 7. Ao demonstrar que mais de 55% dos docentes recebem até 6 mil reais de salário, a tabela 8 aponta como é sintomático que docentes necessitem, como afirmamos anteriormente, ampliar a jornada de trabalho recorrendo a horas-extras de maneira a obter um salário digno para a reprodução das

necessidades materiais e espirituais destes trabalhadores. Em levantamento do Ibpe/FGV de 2023, professores lideram seis das dez profissões menos remuneradas para trabalhadores com ensino superior no setor privado brasileiro. Professores da educação infantil ocupam o topo dessa estatística.

Este levantamento tem resultados semelhantes com o trabalho realizado por Hirata; Oliveira; Mereb (2019) que, em uma de suas conclusões, aponta que professores recebem, em média, menos que outros profissionais que possuem nível superior. Na outra ponta do levantamento realizado pela Ibpe/FGV estão médicos especialistas que recebem em média mais de 18 mil reais, enquanto professoras da educação infantil recebiam em média 2.285 reais, menos que os 2.836 de média que levava em conta todas as ocupações com e sem diploma. Dados de nossa pesquisa apontam um importante quantitativo de 15% de docentes que lecionam na rede estadual pública e que recebem entre 1,5 a 3 mil reais.

O tópico a seguir, exclusividade dos professores que lecionam no ensino médio, refere-se aos professores que lecionam itinerários formativos e quais disciplinas lecionam neste modelo.

Tabela 9 - Leciona alguma disciplina de itinerário formativo em sua escola?

	<i>Resposta</i>	<i>%</i>
Sim	95	57,5%
Não	68	41,2%
Não responderam	02	1,3%
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), em parceria com o SEPE-RJ e o SINPRO-RJ, 2024.

Tabela 10 - Disciplinas Lecionadas nos Itinerários Formativos

	<i>Resposta</i>	<i>%</i>
Projeto de vida	18	14,4
Multiculturalismo / Multiculturalidade	12	9,6
Tecnologia e trabalho	8	6,4
Arte e cultura	7	5,6

Linguagens e suas tecnologias	6	4,8
“O que rola por aí?”	5	4
Participação social no estado brasileiro	5	4
Direito à saúde	5	4
Reforço escolar/estudos orientados	5	4
Cidadania e direitos humanos	4	3,2
Sistemas políticos	4	3,2
Clube de leitura	4	3,2
Corpo e mente saudáveis	3	2,4
Envelhecimento da população brasileira	2	1,6
Meio ambiente e sustentabilidade	2	1,6
Outros	36	28,8

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), em parceria com o SEPE-RJ e o SINPRO-RJ, 2024.

Mais da metade dos professores (57,5%) responderam lecionar disciplinas dos itinerários formativos. É relevante destacar que, no curto prazo de implementação, uma parcela significativa dos docentes foi mobilizada para atuar nessas condições. Dentre as disciplinas presentes, pode-se verificar pelo menos a existência de mais de 15 disciplinas diferentes, reforçando, por assim dizer, o caráter heterogêneo, fragmentado e genérico de tal proposta da reforma, ao ponto de existir disciplinas como “O que rola por aí”.

Mais ainda, esses dados expressivos apontam para a subsunção ampliada do trabalho docente ao capital (Miranda, 2017), que agora avança na implementação das competências socioemocionais no currículo do Ensino Médio, reduzindo esse nível de ensino a produção instrumental de trabalhadores para as atividades precárias, intermitentes e esvaziadas ainda mais de sentido. Por outro lado, a inserção de tais conteúdos alavanca a demanda por um professor “flexível”, que se adapte docilmente à tarefa de reprodutor de conteúdos pré-moldados.

As tabelas a seguir referem-se ao eixo da saúde, que, conforme destacado na literatura e reconhecido como um dos principais objetos de análise das pesquisas desenvolvidas pelo

LIEPE, servem de base para avaliar os impactos das condições de trabalho docente sobre professores do Ensino Médio.

Tabela 11: Nesse momento se sente adoecido pelo trabalho?

Adoecido no trabalho	Resposta	%
Sim	73	44,2
Não	46	28
Preferiram não responder	03	1,8
Não responderam	43	26
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), em parceria com o SEPE-RJ e o SINPRO-RJ, 2024.

Tabela 12: Situações que impactam na saúde docente?

	Resposta	%
Atividades não valorizadas	130	78,8%
Dificuldade de aprendizagem dos alunos	111	63,3%
Falta de material pedagógico	86	52,1%
Relação número de alunos por professores	81	49%
Recursos pedagógicos inadequados	81	49%
Excesso de normatizações	80	48,5%
Rotinas pouco criativas	76	46%
Jornada excessiva	73	44,2%
Assédio moral	68	41,2%
Acúmulo de cargos/funções	55	33,3%
Falta de formação continuada	47	28,5%
Falta de democracia na escola	47	28,5%
Falta de interação com a comunidade escolar	38	23%
Obrigatoriedade do uso de plataformas digitais	33	20%
Avaliação de desempenho	26	15,8%

Pouco domínio de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação)	26	15,8%
Desvios de funções	21	12,7%
Não identificação com o Projeto Político-Pedagógico (PPP)	17	10,3%
Formação inicial insuficiente	16	9,7%
Bullying relacionado à aparência física	11	6,7%
Bullying relacionado ao racismo	08	0,5%
Bullying relacionado à orientação sexual	04	2,4%
Prefiro não responder	03	1,8%
Assédio sexual	02	1,2%

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), em parceria com o SEPE-RJ e o SINPRO-RJ, 2024.

Tabela 13: Interesse do professor em trocar de profissão.

Interesse	Profissionais	%
Sim	23	14
Não	67	40,6
Talvez	32	19,4
Não respondeu	43	26
Total	165	100

Fonte: “Trabalho e Saúde dos Professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), em parceria com o SEPE-RJ e o SINPRO-RJ, 2024.

Conforme a Tabela 11, 44,2% dos docentes relataram adoecimento atual relacionado ao trabalho. Ressalta-se que, caso o questionamento abrangesse toda a trajetória profissional, esse percentual poderia ser superior. A docência configura-se como uma das ocupações com maiores índices de adoecimento. Dados da Tabela 12 elucidam os principais fatores impactantes à saúde docente: a execução de atividades não valorizadas (quase 80%), a carência de material pedagógico (mais de 52%) e a elevada relação aluno/professor (cerca de 50%). A jornada excessiva também se destaca, sendo assinalada por aproximadamente 45% dos respondentes. Tais elementos consistem em achados consolidados na literatura, frequentemente apontados como as principais queixas sobre as condições laborais. Ademais,

sinalizam o comprometimento do exercício profissional, sobretudo quando se considera a valorização docente sob suas duas dimensões cruciais: a material e a simbólica, sendo esta última de impacto significativo no bem-estar, conforme evidenciado por Codo (1999) e Esteve (1999).

Face aos desafios da precarização, intensificação e desvalorização da profissão – optou-se por apresentar os dados da Tabela 13, que investiga a intenção de mudança de ocupação. Compreende-se que tal manifestação extrapola uma mera ideia individual, configurando-se como um indicador concreto das complexas relações inerentes ao trabalho docente, as quais são, simultaneamente, reflexo e produto das condições materiais e simbólicas da carreira.

Nesse contexto, a Tabela 13 expõe um panorama dessas intenções na amostra investigada, servindo como um indicador inter-relacionado com a degradação das condições de trabalho, a insuficiência infraestrutural e o esgotamento profissional. Esses fatores correlacionam-se diretamente com fenômenos como a desmotivação e a evasão do magistério. A soma dos respondentes que assinalaram “Sim” e “Talvez” totaliza mais de 33%, indicando uma parcela expressiva de docentes que, ao menos, considera a mudança de profissão. Outro dado relevante é a elevada taxa de não respostas (superior a 25%). Uma hipótese explicativa reside na extensão do questionário e no posicionamento da questão em sua fase final. Contudo, itens subsequentes registraram menor omissão, sugerindo a influência de fatores além do cansaço.

Embora quantitativamente inferiores, esses resultados alinham-se à tendência apontada por pesquisas de abrangência nacional. O estudo “Perfil e Desafios dos Professores da Educação Básica no Brasil”, realizado pelo Instituto Semesp com 444 docentes, identificou que quase 80% dos professores já cogitaram abandonar a carreira. A disparidade percentual, contudo, não invalida a constatação central comum a ambos os conjuntos de dados: a insatisfação docente constitui uma questão sensível e frequentemente negligenciada pelas políticas públicas.

A decisão de migrar de profissão envolve complexidades que transcendem a mera insatisfação. A trajetória profissional é construída mediante anos de investimento em formação e sacrifícios pessoais. Nesse contexto, a noção neoliberal que celebra a mudança de carreira como um ato de coragem e autonomia acessível a todos não se coaduna com a realidade concreta da maior parte da classe trabalhadora.

A reinserção no mercado frequentemente exige retornar aos estudos, conciliar um novo emprego – por vezes com remuneração inferior – com a qualificação necessária, além de lidar com demandas domésticas e familiares. Trata-se, portanto, de um desafio de proporções hercúleas, que opera como um impedimento concreto à mudança profissional, mesmo diante de um cenário de profunda insatisfação. Ao fim e ao cabo, o docente cujo trabalho é intenso, desvalorizado e cada vez mais adoecedor, é chamado pela SEEDUC-RJ a implementar conteúdos formulados de espaços distantes e profundamente estranhos à escola pública.

Conclusões

A análise empreendida ao longo deste trabalho permite concluir que a implementação do Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro configura um caso emblemático da reestruturação capitalista no âmbito da educação pública. Esta pesquisa, ancorada no referencial teórico do materialismo histórico-dialético, demonstra que a contrarreforma atua como um vetor central na intensificação e precarização do trabalho docente, aprofundando tendências estruturais já identificadas na literatura sobre a nova morfologia do trabalho.

Este fenômeno é compreendido como parte integrante da passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho docente ao capital. Conforme argumentado a partir de Miranda (2017), o magistério encontra-se em um estágio avançado de "subsunção proto-real", no qual se amplia drasticamente a perda de controle sobre o processo de trabalho.

Os dados sociodemográficos e laborais analisados corroboram o panorama de deterioração. A sobrecarga de trabalho, a insatisfação e a percepção do ofício como fator de adoecimento, evidenciados em estudos como o de Cabral (2019), são agravados de forma decisiva pelo NEM. Tal contexto consolida o que Cassio e Goulart (2022) identificam como efeitos perversos da reforma, que intensificam drasticamente o trabalho docente e fragmentam o direito à educação.

Neste contexto, o perfil do trabalhador multitarefa e flexível torna-se hegemônico, sendo funcional a uma lógica que busca extrair o máximo de mais-valor. A resistência a este modelo, no entanto, não é passiva. A classe trabalhadora desenvolve estratégias de proteção, e a manutenção de certos padrões de intensidade historicamente construídos atua como um limite, ainda que frágil, à exploração desmedida pelo capital.

Tais determinações convertem à docência em uma atividade mecânica e esvaziada de sentido, tornando-a alheia ao educador. Embora o Novo Ensino Médio não seja o marco dessa tendência, ele a intensifica significativamente, afetando a profissão docente desde a formação

até a prática consolidada. O cenário de precarização dos professores da SEEDUC-RJ, evidenciado pelos dados, agrava ainda mais a desvalorização simbólica e material das suas condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16.ed. São Paulo: editora Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 285–293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 10 out. 2024.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea – São Paulo: Boitempo, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTEVE, Jose Manoel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FERNANDES, D. C; SILVA, C. A. S. da. Perfil docente no Brasil: uma análise a partir dos dados da PNAD. In OLIVEIRA, D.A; VIEIRA, F.V. (org.). **Trabalho na educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 43-62.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25-42, maio 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**.; tradução de Enio Paulo Giachini. 2º edição ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, G.; OLIVEIRA, J. B. A. E.; MEREB, T. de M. Professores: quem são, onde trabalham, quanto ganham. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 179-203, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/8nLpJt7wNyyXqVjJkYjX8Ww/>. Acesso em: 4 set. 2025. <https://istoedinheiro.com.br/professor-pre-escola-tem-pior-salario-brasil>

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.**; [introdução de Jacob Gorender; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.- (Clássicos)

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

MIRANDA, Kênia. **Lutas por educação no Brasil recente:** o movimento docente da educação superior. Niterói: Eduff, 2017.

OLIVEIRA, D.A.; VIEIRA, F.V. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In OLIVEIRA, D.A; VIEIRA, F.V. (org.). **Trabalho na educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 153-190.

PINTOCO, V. M. **Visão do professor sobre o número de alunos por turma: uma contribuição para a melhoria da qualidade da educação.** 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação) - Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal, 2017.

SEMESP (Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior do Estado de São Paulo). **Pesquisa Docente EB: resultados 2024.** São Paulo: SEMESP, 2024. Disponível em: <https://www.semesp.or.br/wp-content/uploads/2024/04/resultados-pesqdocenteseb.pdf>. Acesso em: 3 set 2025.